

POR UMA TENTATIVA DE UM PERSPECTIVISMO DE NATUREZA ETNOLÓGICA

Rodrigo Piquet Saboia de Mello¹

Resumo:

Uma das tentativas de aproximação do entendimento do fenômeno informacional indígena é a inteligibilidade das informações de natureza etnológica. A partir da (re) compreensão da proposta conceitual do antropólogo Eduardo Viveiros de Castro e seu perspectivismo ameríndio (1996) são vislumbrados possibilidades de análise que os povos indígenas entendem por informação indígena, como também na sua relação com os dados informacionais que venham a reportar sobre a temática indígena e o entendimento da construção de instrumentos documentários tradicionalmente conhecidos como sendo de saber/poder. Quando da escrita deste ensaio, também construiremos breves reflexões calcadas na Semiótica para que possamos entender um pouco melhor o fenômeno em questão.

Palavras-chave: Perspectivismo; Semiótica; Indigenismo.

Abstract:

One of the attempts to approximate the understanding of the indigenous information phenomenon is the intelligibility of information of an ethnological nature. Based on the anthropologist Eduardo Viveiros de Castro and his amerindian perspectivism (1996) (re) understanding of the conceptual proposal, possibilities of analysis are glimpsed that indigenous people understand by indigenous information, as well as their association with the informational data that they report on the indigenous theme and the understanding of the construction of documentary instruments traditionally known as being of to know/power. When writing this article, we shall also construct brief reflections situated on semiotics in a manner that we can better understand the phenomenon herein discussed.

Keywords: Perspectivism; Semiotics; Indigenism.

Introdução

Ao abordarmos o fenômeno informacional de natureza etnológica, procuramos compreender tal manifestação para além dos aspectos políticos da informação efetuados por meio de categorias analíticas de saber e poder na produção do conhecimento não hegemônico. Há também de se abordar aspectos de natureza técnica, como na constituição de bases de dados de natureza etnológica, como as que são produzidas com a consolidação de informações sobre os povos indígenas. Tais informações significam o

¹ Professor Docente I da Secretaria de Estado de Educação do Estado do Rio de Janeiro (SEEDUC RJ). Doutor e Mestre em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia/Universidade Federal do Rio de Janeiro (IBICT/UFRJ). Email: rodrigopiquetuff@hotmail.com

culminar do processo de documentação quando da disponibilização de informações de amplo acesso, como aquelas que residem nas bases de dados de sistemas em linha.

Podemos estabelecer que o processo de documentação detém uma série de fases, iniciando pelo registro, passando pelo processamento técnico até se chegar ao público alvo, sejam pesquisadores interessados sobre a temática indígena ou até mesmo pelos próprios povos indígenas. Tais informações disponibilizadas representam as aparições outrora opacas em repositórios de natureza pública, seja ela estatal, não governamental, como a realizada por Organizações Não-Governamentais (ONGs) e nas hodiernas experiências informacionais produzidas e gerenciadas pelos próprios povos indígenas brasileiros que será brevemente apresentada aqui neste ensaio.

Um dos exemplos que podemos trazer para tratar sobre o desenvolvimento de bases de dados contendo informações de natureza etnológica é a gerenciada pelo Museu do Índio/Fundação Nacional do Índio. A base de dados em tela tem por objetivo a “democratização do acesso à informação nos repositórios institucionais.” (PIQUET; COUTO; PIRES, 2015, [p. 1]).

Apesar da natureza informacional dos repositórios produzidos e gerenciados pelo Estado possuírem uma relação de monopólio do exercício do poder estatal para com os grupos vigiados (leia-se povos indígenas), neste ensaio proposto vamos compreender de que maneira os povos indígenas estão se relacionando com as informações produzidas sobre eles, de que forma tal entendimento se faz representar de maneira inteligível, construindo possibilidades no fomento não apenas de novas práticas documentárias, como também na construção de um perspectivismo informacional que venha reelaborar o meio na qual indígenas e tecnologias da informação e comunicação (TICs) se relacionam.

Quando da gênese do conceito de perspectivismo informacional, nos apoiaremos no marco teórico produzido pelo antropólogo Eduardo Viveiros de Castro e o seu perspectivismo ameríndio, que tem por fito a “concepção, comum a muitos povos do continente, segunda a qual o mundo é habitado por diferentes espécies de sujeitos ou pessoas, humanas ou não-humanas, que o apreendem segundo pontos de vista distintos.” (CASTRO, 1996, p. 116). Ou seja, é possível inferir que tal definição represente uma nova compreensão na relação existente entre humanos e não-humanos, ou seja, como os

[...] humanos vêem os animais e outras subjetividades que povoam o universo - deuses, espíritos, mortos, habitantes, de outros níveis cósmicos, fenômenos meteorológicos, vegetais, às vezes mesmo objetos e artefatos -

, é profundamente diferente do modo como esses seres os vêem e se vêem. (CASTRO, 1996, p. 117).

Portanto, assim como seres humanos observam determinados fenômenos, como aqueles de natureza informacional, também é possível checar a construção dos conhecimentos de natureza etnológica, perfazendo novas compreensões de grupos não habituados no tratar de repositórios informacionais que venham a reelaborar aspectos comportamentais frente às novas dinâmicas sociais e informacionais vigentes na contemporaneidade (MELLO, 2019).

O presente ensaio tem por objeto de pesquisa as informações de natureza etnológica. Ou seja, a informação pelos e sobre os povos indígenas, representando assim novas configurações informacionais da produção documentária contemporânea. O método de investigação adotado aqui é de uma pesquisa bibliográfica, trazendo alguns autores que circundam o conceito em elaboração à partir da problemática informacional.

Ainda sobre este labutar científico, o autor percorrerá a seguinte senda com o fito de elaborar o conceito em tela: primeiramente, será problematizada a natureza da informação etnológica, dando sequência será esmiuçado o que seria o perspectivismo ameríndio documentário e, na última seção, serão utilizados alguns breves elementos da Semiótica para o entendimento do complexo em discussão.

Uma breve introdução às informações de natureza etnológica

É possível entrever nos últimos tempos o fomento de práticas informacionais de natureza etnológica não mais apenas por atores tradicionais como centros de documentação mantidos pelo Estado. Hoje, é observada a ação de atores autônomos que venham a (re) elaborar de maneira empoderadora a dinâmica nesses novos campos de trabalho, conhecimento e informação.

Desde já, há o entendimento de que as ações de natureza documentária são dinâmicas da política de memória da sociedade contemporânea que perfazem muitas vezes configurações que venham emergir relações de poder entre sujeitos do universo social, assim como também estão sendo colonizados por novas (re) configurações de ação documentária. Assim:

Documentar, registrar, clasificar, avalar la materialidad de los restos y visibilizar estos signos para el presente, son procesos que se articulan al

desarrollo de una política de la memoria inmersa em las dinámicas del poder de las sociedades contemporáneas. (BEDOYA; WAPPENSTEIN, 2011, p. 12).

A constituição de centros de informação de natureza etnológica desenvolvidas pelos próprios ameríndios significam o fomento de novas práticas documentárias que se inserem nas dinâmicas de poder da sociedade hodierna, formações que permitem novas reflexões sobre o papel do arquivo, do documentar e da informação para estratos antes excluídos dessas práticas.

Foram identificadas as seguintes instituições que possuem por escopo informações de natureza etnológica não estatal: Museu Kuahí dos Povos Indígenas do Oiapoque, Centro de Formação e Documentação Wajãpi, Centro de Documentação e Pesquisa Indígena, Centro Timbira de Ensino e Pesquisa Pënxyj Hempejxá, Centro Indígena de Formação Raposa Serra do Sol, Associação Indígena Kisedje, Centro de Cultura Kuikuro e Centro de Cultura Mawo (MUSEU do Índio; REDE RCA, 2013).

Cada uma das instituições supracitadas representa a consolidação de esforços de povos indígenas das mais diversas regiões do Brasil em efetuar ações informacionais autônomas com o objetivo de valorizar a sua cultura e produzir desdobramentos documentários para além daqueles conhecidos outrora quando da ação, por exemplo, de instituições de memória do Estado brasileiro.

No ano de 2013, temos a realização de um primeiro encontro em que se reuniram 10 organizações indígenas e indigenistas para tratar de diversas questões que pudessem apontar para soluções numa melhora na gestão administrativa/informacional das instituições participantes. Vejamos os três objetivos principais do encontro:

- 1) Realizar um diagnóstico da situação dos acervos culturais constituídos, guardados e geridos em centros de documentação, de formação, de cultura e museus geridos por comunidades e organizações indígenas e indigenistas em diferentes locais da Amazônia brasileira, buscando identificar a natureza desses acervos, sua situação atual, potencialidades e fragilidades;
- 2) Apresentar e discutir a possibilidade de uso de dois *software* de gestão de acervos, em uso pelo Museu do Índio (IcaAtom e PHL) e sua aplicabilidade para acervos geridos por povos e organizações indígenas e formados por itens de seus patrimônios culturais, buscando a criação de vocabulários integrados e controlados que permitam interface entre essas instituições;
- 3) Propor e discutir a criação de uma rede de instituições (centros de formação, documentação, de cultura e museus indígenas) para atuar de

forma articulada na preservação de acervos e documentos culturais indígenas, na elaboração de protocolos, com critérios de adesão e formas de cooperação técnica. (MUSEU do Índio; REDE RCA, 2013, p. 3).

Há alguns aspectos que são interessantes mencionar para problematizar o painel apresentado. Uma das primeiras problematizações diz respeito à dinâmica da negociação adotada nos três objetivos principais do seminário: como as instituições indígenas/indigenistas foram consultadas? De que forma foi realizada tal consulta: por assembleia, por meio virtual?

Numa perspectiva de entendimento de como será a construção desses novos saberes, a partir do empoderamento de povos indígenas no fomento de centros de documentação é a consolidação, por exemplo, de instrumentos documentários de natureza étnica, de cunho desclassificacionista (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2007) que venha fomentar práticas até hoje não pensadas em virtude do pensamento racional cartesiano.

Importante também realçar as instâncias de legitimidade criadas e entendidas como garantidoras de processos documentários, como as produzidas pelo Estado Nacional moderno. Portanto, se faz necessário uma perspectiva problematizante, que venha a enfrentar a hegemonia do saber, conforme proposta pela epistemografia:

A epistemografia propõe operações de organização horizontal do saber e da memória registrada, formando-se como a corporificação algológica (de “algos”: dolor) de um conhecimento e memória gerados com toda dignidade pelos despercebidos do planeta. Em suma, constituiria a dimensão material desse espírito intransigente que caracteriza a Epistemologia, pois, como disse Santos (1989), ela dita, para as ciências, leis incapazes de serem aplicadas a elas próprias. (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2006, p. 106).

Outro ponto de discussão talvez seja o entendimento da existência desses centros de formação, de documentação, de cultura e museus indígenas no Brasil. Qual é o objetivo central dessas instituições? Será uma relação de saber e poder calcadas nos princípios experimentados pelo Estado Moderno ao longo da sua existência? Ou será que a emergência inovadora desses centros representa uma ação continuada mais ampla, de cunho decolonial, que faça surgir novos conhecimentos de combate a hegemonia ocidental sobre a gestão de acervos e da informação em circulação de natureza etnológica? (PINTO, 2011)

A passagem abaixo elucida melhor de que maneira saberes indígenas e ações documentárias de natureza etnológica poderão se cruzar por meio de instrumentos

técnicos e por uma certa (re) configuração institucional quando da fundação de instituições de memória:

Saberes que se constituem em conhecimento técnico. Reapropriado e convergido para fins de coletividade comunitária, somente possíveis pelo reconhecimento e emprego da técnica em meio às necessidades de registro, salvaguarda e reprodução de elementos informacionais e documentais presentes no processo de individuação dos povos indígenas. Com efeito, o desenvolvimento de instituições de natureza documentária pelos povos indígenas possui implicações maiores do que aquelas estabelecidas na relação típica de saber/poder, já que essas construções intelectuais realizadas pelos ameríndios representam a possibilidade de novas configurações institucionais e, até mesmo, de novas expressões de um dado povo. (PIMENTA; MELLO, 2017, p. 171-172).

Devido às próprias especificidades dos saberes indígenas e da possibilidade de novos conhecimentos serem nutridos e consolidados, os povos indígenas quando do desenvolvimento de modernas instituições, sejam organizações de natureza política/reivindicatória, sejam aquelas de natureza documentária (por que não, também reivindicatória) estabelecerão novas possibilidades e reconfigurações frente às demandas por acesso à informação, à terra, à saúde e outras demandas que venham escavar a luta por condições dignas de existência, assim como também por um aprofundamento do processo democrático em um contexto de cidadania ativa. Ainda neste sentido:

No entanto, as questões informacionais com as quais os povos indígenas tem se deparado talvez sejam as mesmas sobre as quais cientistas da informação têm enfrentado. Tal fenômeno ocorre em virtude das novas configurações documentárias de natureza étnica, como no fomento de centros de documentação em áreas indígenas e gerenciados pelos próprios (MELLO, 2018, p. 14-15).

Devido a este processo de autonomização informacional dos povos indígenas, quando da criação de instituições documentárias, e tantas outras que ainda estão por vir, fica a problematização que será apresentada na seção seguinte quanto ao fomento de um perspectivismo ameríndio documentário que rivalizaria de certa maneira com o processo mimético da relação saber/poder dos povos indígenas. Tais informações nos remetem também para uma inconstância da alma selvagem (CASTRO, 2002).

E o que significaria do ponto de vista documentário e do construto de uma política documentária, a tal inconstância da alma selvagem?

O problema, portanto, é determinar o sentido desse misto de volubilidade e obstinação, docilidade e recalcitrância, entusiasmo e indiferença com que os Tupinambás receberam a boa nova. É saber o que eram essa “**fraca memória**” e essa “deficiência da vontade” dos índios, esse crer sem fé; é compreender, enfim, o objeto desse obscuro desejo de ser o outro, mas, este o mistério, segundos os próprios termos. (CASTRO, 2002, p. 195, grifo nosso).

Assim, os Tupinambás da Era Colonial brasileira eram uma fraca memória, traduzida como sendo um baixo desejo de perenizar os conhecimentos produzidos e disseminados pelo grupo indígena. Processo inverso do que está em voga em tempos hodiernos quando da construção de instituições de memória de natureza etnológica. Tal mudança do eixo de pensamento representaria a inserção de elementos alienígenas às culturas ameríndias?

Uma discussão a ser desenvolvida para a compreensão desta ruptura de pensamento seria a formação da identidade cultural na pós-modernidade em que as sociedades modernas estão em permanente mudança e deslocamento. Assim:

As sociedades modernas, argumenta Laclau, não têm nenhum centro, nenhum princípio articulador ou organizador único e não se desenvolvem de acordo com o desdobramento de uma única “causa” ou “lei”. A sociedade não é, como os sociólogos pensaram muitas vezes, um todo unificado e bem delimitado, uma totalidade evolucionárias e partir de si mesma, como o desenvolvimento de uma flor a partir de seu bulbo. Ela está constantemente sendo “descentrada” ou deslocada por forças fora de si mesma. (HALL, 2005, p. 16-17).

Se antes as sociedades indígenas estavam plasmadas em processos sociais de baixa dinamização social em virtude do não encontro com a sociedade envolvente, também auto-intitulada como civilizada, com o contato perene, há um deslocamento de padrões culturais estabelecidos preteritamente. O fomento de centros de documentação de natureza etnológica pode vir a ser uma luta que povos indígenas travam na manutenção de sua cultura, especificidade e modo de ser.

Por um perspectivismo ameríndio documentário?

Aqui será esmiuçada a tentativa de uma nova conceituação do que está sendo chamado por perspectivismo ameríndio documentário, adotando uma postura sentida como uma “teoria de que o universo é povoado de intencionalidades extrahumanas dotadas de

perspectivas próprias” (CASTRO, 1996, p. 119). Mas o que significaria esta perspectiva própria para além dos humanos?

Na hodiernidade, são observadas grandes transmutações dos fluxos informacionais que podem se mover com a velocidade do sinal eletrônico (BAUMAN, 2001). Isto significa que a ação do registro informacional não se restringe a ações documentárias orientadas, como agências de notícias ou grandes produtoras de filmes. Em virtude do processo de autonomização documentário e informacional, por consequência do desenvolvimento das TICs, indivíduos podem hoje, a título de ilustração, irem a uma passeata fazer o registro de um evento político, a edição daquele fenômeno político-social, a realização de *upload* numa dada rede social e o produto feito ganhar uma dimensão nunca antes imaginada. Numa abordagem mais conservadora sobre a organização informacional, é seguro afirmar que:

A informação deve ser ordenada, estruturada ou contida de alguma forma, senão permanecerá amorfa e inutilizável. A razão disso recai em nossa qualidade de seres humanos, isto é, nas limitações do nosso aparelho sensorial. Somos incapazes de transcender o limite de nossos sentidos - com todo respeito aos místicos e adeptos da percepção extra-sensorial. (MCGARRY, 1999, p. 11).

Agora, vamos imaginar como se dá este processo de autonomização do produto feito, ou seja, da informação. Antes, somente instituições com legitimidade social poderiam disseminar informações de uma dada passeata. Na contemporaneidade, não há mais um controle deste fazer documentário, transmutando a informação inicialmente produzida para veredas antes nunca imaginadas. Em um pensar perspectivista, seria afirmar que a informação ganharia uma vida extrahumana, existindo para além dos seres humanos enquanto estiverem inscritos em processos maquínicos de divulgação informacional. Vejamos uma passagem que incensa tal fenômeno:

Tipicamente, os humanos, em condições normais, vêem os humanos como humanos, os animais como animais e os espíritos (se os vêem) como espíritos; já os animais (predadores) e os espíritos vêem os humanos como animais (de presa), ao passo que os animais (de presa) vêem os humanos como espíritos ou como animais (predadores). Em troca, os animais e espíritos se vêem como humanos: apreender-se como (ou se tornam) antropomorfos quando estão em suas próprias casas ou aldeias, e experimentam seus próprios hábitos e características sob a espécie da cultura - vêem seu alimento como alimento humano (os jaguares vêem o sangue como cauim, os mortos vêem os grilos como peixes, os urubus vêem os vermes da carne podre como peixe assado etc), seus atributos corporais

(pelagem, plumas, garras, bicos etc.) como adornos ou instrumentos culturais, seu sistema social como organizado do mesmo modo que as instituições humanas (com chefes, xamãs, festas, ritos, etc.). (CASTRO, 1996, p. 117).

Após esta alongada passagem e com a licença de uma colonização da hipótese, deduzo que o fenômeno informacional de natureza etnológica também não carece de certo perspectivismo que permite conduzir em um processo que assim como o documentalista vê a informação como um processo com um fim específico, também a própria informação ganharia uma natureza própria, em que vêem os usuários de unidades de informação como seres passivos, e não ativos, no recuperar informacional.

A informação na contemporaneidade ganharia uma vida para além dos seus repositórios e de seus gestores, ou seja, documentalistas que trabalham em instituições de memória que tem por objetivo documentar produtos culturais como livros, arquivos, filmes e objetos tridimensionais. Destarte, é como se a informação granjeasse uma substância de sobrevivência para os seres humanos, os dominando e criando redes de apoio e replicação.

A relação sujeitada que está em curso entre seres humanos e informação, partindo de um novo eixo de pensamento perspectivista, pode gerar também um processo de servidão, em que produtores do conhecimento, seja de natureza científica, seja de natureza etnológica, ficam subordinadas em relação à criatura, quase reportando a um tipo de ficção científica, agora do plano real. Logo:

Na servidão maquínica, o indivíduo não é mais instituído como sujeito (capital humano ou empresário de si). Ao contrário, ele é considerado uma peça, como uma engrenagem, como um componente de agenciamento “empresa”, do agenciamento “sistema financeiro” do agenciamento mídia, do agenciamento “Estado Providência” e seus “equipamentos coletivos de subjetivação” (escola, hospital, museu, teatro, televisão, internet, etc). O indivíduo “funciona” e é submetido ao agenciamento do mesmo modo que as peças técnicas, que os procedimentos organizacionais, que os sistemas de signos, etc. (LAZZARATO, 2010, p. 168).

Seria possível supor que a ação documentária etnológica também possui um componente de agenciamento, um agenciamento documentário, do “sistema informacional” em que sujeitaria povos indígenas e demais grupos que tenham desejo ou necessitam serem protagonistas de processos de documentação/informacional. Seria como a informação fagocitasse criaturas que viessem a desafiar o fluxo informacional impar adquirido na hodiernidade. A partir de um olhar perspectivista ameríndia documentária, a

informação observa o indivíduo como um meio para se reproduzir e se espriar por redes e demais meios de comunicação e informação.

Uma inflexão quanto ao contexto aqui problematizado é frente a autonomização de grupos anteriormente também incorporadas por intelectuais (e demais outras lideranças) dos processos que emergem no âmbito infomacional. Neste sentido:

Ora, o que os intelectuais foram impelidos a descobrir recentemente é que as massas não necessitam deles para saber; elas sabem perfeitamente, claramente, muito melhor do que eles; e elas o dizem muito bem. Mas existe um sistema de poder que barra, interdita, invalida esse discurso e esse saber. Poder que não se encontra somente nas instâncias superior da censura, mas que penetra muito profundamente, muito sutilmente em toda a trama da sociedade. Os próprios intelectuais fazem parte deste sistema de poder, e a ideia de que eles são agentes da “consciência” e do discurso também faz parte desse sistema. O papel do intelectual não é mais o de colocar “um pouco na frente ou um pouco de lado” para dizer a muda verdade de todos; é antes o de lutar contra as formas de poder exatamente onde ele, como intelectual, é ao mesmo tempo o objeto e o instrumento: na ordem do “saber”, da “verdade”, da “consciência”, do discurso. (DELEUZE, 2006, p. 266-267).

Outro ponto passível de ser discutido quando deste inovador perspectivismo informacional seria a sedução que a informação (ou a memória!?) tem exercido a povos antes excluídos da seara informacional. Logo:

Neste sentido, práticas de memória nacional e locais contestam os mitos do cibercapitalismo e da globalização em sua negação de tempo, espaço e lugar. Sem dúvida, desta negociação emergirá finalmente alguma nova configuração de tempo e espaço. As novas tecnologias de transporte e comunicação sempre transformaram a percepção humana na modernidade. Foi assim com a ferrovia e o telefone, com o rádio e o avião, e o mesmo será verdade também quanto ao ciberespaço e o cibertempo. As novas tecnologias e as novas mídias também sempre vêm acompanhadas de ansiedades e medo, os quais, mais tarde, se mostrarão injustificados ou até mesmo ridículos. A nossa época não será exceção. (HUYSSSEN, 2000, p. 36).

Partindo de uma imaginação sociológica (MILLS, 1975) em que a informação partiria de uma distopia quando percebida em sociedade e o fenômeno informacional como um vetor uniformizante reducionista, por exemplo, quando é afirmado que a informação é um desdobramento de saber/poder (FOUCAULT, 1999). Para além da relação de saber/poder existente quando da ação informacional, a própria informação adquiriu na era atual uma

existência própria, perspectivisticamente rica quando não há mais como ter a garantia para qual intento ela será (re) utilizada e em quais meios ela circulará.

Uma piscadela necessária: pelas veredas da Semiótica

Ao abordar temáticas com intersecções inovadoras como o perspectivismo informacional de natureza etnológica e certa imaginação sociológica questionadora da realidade social, será utilizado nesta seção como recurso algumas discussões advindas da Semiótica e da Estética.

Primeiro, vejamos a importante definição do que seria a semiose para entendermos como o fenômeno informacional indígena, por meio do perspectivismo, se relaciona com os objetos circundantes:

Os termos **gera, produz, cria, determina**, e análogos, que aparecem nas caracterizações do signo, indicam esse caráter causal e lógico que marca a cadeia semiótica. A semiose é comandada, em última análise, por uma causa final, constituindo, assim, um processo tético, na medida em que **tende** (sem nunca chegar) para uma representação perfeita do objeto (o que poderia ser chamado de **verdade semiótica**). Em outras palavras, haveria um estágio [sic] “final” nessa cadeia em que o signo seria idêntico ao objeto (tudo isso é dito no futuro do pretérito por ser uma impossibilidade, como vimos). (PINTO, 1995, p. 49, grifos do autor).

Portanto, a proposta na seção pretérita de um perspectivismo ameríndio documentário se coaduna com a verdade semiótica, na qual o signo emergente estaria fagocitado em um processo de mão dupla. Seria como uma dada base de dados e seus signos fossem parte integrante da informação produzida pelos povos indígenas, se caracterizando inclusive como parte inerente a tais povos. Ainda neste sentido, é possível trazer à luz a contribuição da tricotomia peirceana: “It is necessary to divide the representation genres according to the different ways in which they can be according to their objects.” (PEIRCE, 1984, p. 169).

Um apontamento mais audacioso possível seria no que tange a conceitos díspares como semiose, perspectivismo ameríndio documentário e a relação de significação que tem os povos indígenas para com a pintura corporal. Isto porque, assim como ações documentárias, as pinturas corporais possuem significados próprios que podem ser paragonados. Destarte:

A ornamentação e, especialmente, a pintura corporal entre os Kayapó expressam de maneira muito formal e sintética, na verdade sob uma forma estritamente gramatical, a compreensão que estes índios possuem da sua cosmologia e estrutura social, das manifestações biológicas e das relações com a natureza, ou melhor, dos princípios subjacentes a facetas de sua pessoa em contraposição a todos os outros indivíduos, no tempo e no espaço: um recurso para a construção da identidade e da alteridade. (VIDAL, 2000, p. 143-144).

Ainda na ação informacional abordada em tela, também é observada certa fetichização e estetização do fenômeno. Com a proliferação de tecnologias que permitem uma grande capacidade de armazenamento, os indivíduos travam uma luta contra o não esquecimento e reviver permanente, como em redes sociais onde o ver é mais importante que o sentir e existir. Portanto:

Há, contudo, um certo “desejo” ou “fetiche” de conseguirmos dominar tal capacidade [informacional] até mesmo quando se trata da nossa vida particular. Por isso proponho que a corrida pela preservação digital e pelas diversas formas de se salvaguardar dados e informações, mesmo quando uma espécie de bricolagem pessoal, é expressão de uma cultura contemporânea que luta contra Tântatos. E que aprendeu, ou acreditou, ser possível vencê-lo quando não o é. (PIMENTA, 2017, p. 38, inclusão nossa).

Essa fetichização da nossa capacidade informacional produz neófitas estetizações que estão para além de um interesse despretenso dos seres humanos em preservar digitalmente a informação produzida. Assim sendo: “O juízo desinteressado do belo constitui uma ilusão filosófica que oculta à realidade do gosto <refinado> daqueles que possuem o capital <cultural> que lhes permite supor que o seu gosto está acima das diferenças de classe.” (RANCIÈRE, 2011, p. 1).

Ao cambiarmos o substantivo belo por informação, é viável elucubrar o fetiche que a informação produz sobre os indivíduos dos mais variados estratos sociais, das elites brancas ocidentais aos povos indígenas da Amazônica brasileira, assim como quilombolas e ribeirinhos. Ou seja, representa a uniformização do capital cultural, em que registrar, produzir e disseminar informação se enquadra em um certo regime de identificação conferindo “especificidades às suas práticas e associá-las a diferentes modos de percepção e afecto e a diferentes padrões de inteligibilidade.” (RANCIÈRE, 2011, p. 3).

Ao adentrarmos aos regimes de identificação, Rancière (2011, p. 3-5) identifica em três os grandes regimes de identificação:

- 1) Regime ético das imagens: neste regime, os produtos da prática artística não são considerados arte, mas entendidos como imagens;
- 2) Regime representativo: é o domínio particular das artes da imitação, dissociando-se dos ditames éticos sobre a sua verdade e os seus efeitos morais. Em alternativa, este regime submete-se apenas a regras de verosimilitudes e de consistência interna;
- 3) Regime estético da arte: resultante do colapso dessas regras de correspondência entre temas, formas de representação e modos de expressão.

Afora os regimes estéticos formulados por Rancière (2011), outros conceitos serão pincelados para que possamos nos aproximar do objeto (sujeito?) informacional em estudo que são os espíritos de informação semântica e informação estética. Esta diferenciação foi apresentada por Abraham Moles (1978):

Somos assim levados a pôr em evidência, no conjunto das mensagens, a existência de dois tipos de informação, segundo a maneira com que um observador exterior ao canal de transmissão agrupa os elementos sucessivos da seqüência constituindo a mensagem, para as relacionar a repertórios:

- informação *semântica* de uma lógica universal, estruturada, enunciável, traduzível numa língua estrangeira, que, na concepção behaviorista, serve para preparar *ações*;
- informação *estética*, que é intraduzível, se refere, em lugar de um repertório universal, ao repertório dos conhecimentos comuns ao transmissor e ao receptor e fica teoricamente intraduzível numa outra "língua" ou sistema de símbolos lógicos, pois essa outra língua não existe. Pode-se reaproximá-la do conceito de informação pessoal. (MOLES, 1978, p. 33, grifos do autor).

O desafio para o entendimento do fenômeno informacional dos povos indígenas está em apreender até que ponto há uma fetichização da informação, como observado na hodiernidade, ou não, as informações produzidas pelos e para os povos indígenas têm um poder semântico claro e bem definido para que possa se inserir na luta de grupos alijados do poder central que venha a ser um fator de empoderamento para a manutenção ou conquista de direitos inalienáveis como saúde, educação e, talvez a mais premente, pelos territórios indígenas existentes e os que estão em demarcação ou disputa.

Limite

A discussão aqui delineada neste ensaio não poderá ser concluída. Devido à inovação apresentada no deslindar do texto, assim como nas aberturas apresentadas da pesquisa, chegamos aqui a um limite daquilo que foi discutido e problematizado. Mais do que formar uma certeza dos caminhos da informação de natureza etnológica, abrimos mais dúvidas do que assertivas quanto ao fenômeno que está em observação.

Uma das tentativas para uma melhor aproximação do sujeito/objeto em estudo foi à criação do conceito de perspectivismo ameríndio documentário. Por meio deste pensamento, criamos sendas para que venhamos a entender de que maneira a informação tem se comportado na contemporaneidade, rompendo limites nunca antes imaginados, como sua presença em terras indígenas e demais plagas que outrora não havia fincado raízes.

Outro componente que caberá uma reflexão mais profunda diz respeito à servidão maquínica que atores do mundo social contemporâneo estão submetidos. A informação, antes um instrumento de saber/poder ganhou um grau de autonomização, incorporando redes e vias antes nunca exploradas. Assim sendo, há uma extrahumanidade da categoria aqui em análise, representando um desafio para os pesquisadores da informação que queiram desvendar as novas aventuras que a informação está por irromper.

No tempo hoje, há de se visualizar a existência de um tempo chamado de pós-colonial, sentindo que ações documentárias de natureza etnológica não apenas fabrica um empoderamento de grupos antes alijados do poder hegemônico, como também de substratos extrahumanos, como a informação. Assim:

Neste momento “pós-colonial”, os movimentos transversais, transnacionais e transculturais, inscritos desde sempre na história da “colonização”, mas cuidadosamente obliterados por formas mais binárias de narrativização, têm surgido de distintas formas para perturbar as relações estabelecidas de dominação e resistência inscritas em outras narrativas e formas de vida. Eles reposicionam e des-locam a “diferença” sem que, no sentido hegeliano, se atinja sua “superação” (HALL, 2003, p. 107-108).

Uma superação do processo histórico de colonização e subalternidade de povos excluídos dos processos decisórios do poder estatal estão em se reposicionarem a frente da lógica aristotélica, por meio de uma postura epistemográfica. Desta maneira, novas configurações sociais estão por vir para que se coloque em xeque o poderio estabelecido

por entidades estatais e de conglomerados político-econômicos, assim enfrentando de forma qualificada peijas presentes e futuras.

Referências

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BEDOYA, M. E.; WAPPENSTEIN, S. (Re) Pensar el archivo. **Íconos: Revista de Ciencias Sociales**, Quito, n. 41, p. 11-16, sept. 2011.

CASTRO, E. V. **A inconstância da alma selvagem - e outros ensaios de antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

CASTRO, E. V. Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 115-144, 1996.

DELEUZE, G. **A ilha deserta e outros textos: textos e entrevistas**. São Paulo: Iluminuras, 2006.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1999.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. Cientificamente favelados: uma visão crítica do conhecimento a partir da epistemografia. **Transinformação**, Campinas, v. 18, n. 2, p. 103-112, maio/ago. 2006.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. **Desclassificados: pluralismo lógico y violencia de la clasificación**. Barcelona: Anthropos Editorial, 2007.

HALL, S. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005.

HUYSEN, A. **Seduzidos pela memória**. Rio de Janeiro: Aeroplano editora, 2000.

LAZZARATO, M. Sujeição e servidão no capitalismo contemporâneo. **Cadernos de Subjetividade**, São Paulo, p. 168-179, 2010.

MCGARRY, K. **O contexto dinâmico da informação: uma análise introdutória**. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 1999.

MILLS, C. W. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

MELLO, R. P. S. **O fenômeno informacional indígena na contemporaneidade**. 2019. 312 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

MELLO, R. P. S. O fenômeno informacional indígena e o processo de documentação. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 9, n. 1, p. 93-108, mar./ago. 2018.

MOLES, A. **Teoria da informação e percepção estética**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.

MUSEU DO ÍNDIO; REDE RCA. **Documento Base do Seminário Temático**. Gestão de Acervos Culturais em Centros de Formação, de Documentação, de Cultura e Museu Indígenas no Brasil. Saquarema, 17 a 20 de setembro de 2013. [p. 47].

PEIRCE, C. S. **Writings of Charles S. Peirce**. Peirce Edition Project. Indiana: Indiana University Press, 1984.

PIMENTA, R. M. O desafio contemporâneo a tântos: a dialética entre acumular e preservar a informação. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, João Pessoa, v. 11, n. 2, p. 34-45, 2017.

PIMENTA, R. M.; MELLO, R. P. S. Olhares e práticas convergentes da informação: algumas reflexões sobre Gilbert Simondon, interdisciplinaridade e saberes indígenas. **Revista ECO-Pós**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 170-183, 2017.

PINTO, J. **1,2,3 da semiótica**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1995.

PINTO, A. A. A patrimonialização da memória social: uma forma de domesticação política das memórias dissidentes ou indígenas? **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 47, n. 3, p. 273-283, set./dez. 2011.

PIQUET, R.; COUTO, I.; PIRES, A. **A implementação da base de dados do Museu do Índio**. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 16., 2015, João Pessoa. *Anais [...]* João Pessoa: ENANCIB, 2015. [p. 1-18].

RANCIÈRE, J. **O que significa estética**. [S. l.]: Project Ymago, 2011.

VIDAL, L. A pintura corporal e a arte gráfica entre os Kayapó-Xikrin. In: VIDAL, L. (Organizadora). **Grafismo indígena: estudos de antropologia estética**. São Paulo: Studio Nobel : FAPESP : Editora da Universidade de São Paulo, 2000. p. 143-189.

Como citar este artigo

MELLO, Rodrigo Piquet Saboia de. Por uma tentativa de um perspectivismo informacional de natureza etnológica. **Revista Dispositiva**. [on-line] Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/dispositiva>> Editor Responsável: Conrado Moreira Mendes. Volume 9, Número 15, Belo Horizonte, julho de 2020, p. 117-133. Acesso em “dia/mês/ano”.

Texto recebido em: 29/08/2017

Texto aprovado em: 11/06/2020